

## Entrevista

# ENTREVISTA COM EDWARD TELLES\*

Realizada por Danilo França\*\* e Matheus Gato\*\*\*

**Revista Plural** *Primeiramente, muito obrigado. Você foi muito gentil em aceitar realizar a entrevista. A primeira pergunta que costuma sempre abrir as entrevistas é para você falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica, seus interesses de pesquisa e por que o Brasil como objeto de pesquisa. De onde veio a intenção de pesquisar o Brasil?*

**Edward Telles** Eu estudei Sociologia na Universidade do Texas. Lá, haviam grupos de pesquisa sobre América Latina. E eu estava interessado em pobreza urbana, no término dos anos 1980. As cidades estavam crescendo e se tornando muito grandes. Eu fazia análise quantitativa e queria trabalhar com dados secundários, como o Censo. E, dados sobre o Brasil eram muito melhores do que de qualquer outro país da América Latina. Havia várias pessoas trabalhando no Texas sobre a realidade brasileira. Então, eu me interessei por esse grupo de trabalho e tive uma oportunidade de estudar o Brasil. Achei muito interessante, um país grande, excelente lugar para entender pobreza urbana. Depois eu fui estudar outros países. Conheci um pouco do México. Brasil e México, principalmente, e um pouco do resto da América Latina. Fui fazer um pós-doutorado na Unicamp e estudei esse segmento de pesquisa sobre pobreza urbana utilizando as Pnads e Censos. Sempre trabalhei com dados quantitativos. O enfoque não era raça. Havia outras variáveis, como gênero, migração, as origens nordestinas e coisas assim, quanto tempo o migrante estava na cidade, se estava no setor informal. Eu estava muito interessado no setor informal, em como viviam as pessoas que trabalhavam no setor informal.

---

\* Edward Telles é Ph.D. em Sociologia pela University of Texas at Austin, M.A. (Mestrado) em Planejamento Urbano pela UCLA e B.A. (Graduação) em Antropologia pela Stanford University. Foi professor visitante da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade de Campinas (Unicamp) nos anos 1990. Atualmente é professor do Departamento de Sociologia da Princeton University.

\*\* Danilo França é mestre em Sociologia pela USP.

\*\*\* Matheus Gato de Jesus é mestre e doutorando em Sociologia pela USP.

**Revista Plural** *Em que época foi isso?*

**Edward Telles** Era final dos anos 1980. A questão racial nos dados sempre aparecia como um fator muito importante. Entretanto, eu falava disso com meus colegas, que diziam: “Não existe problema racial aqui. É uma questão de classe.” Mas quando eu saía e caminhava pelas favelas, pela periferia de São Paulo, sempre pensava: “Mas por que os negros são pobres e não são migrantes?”. Eu fazia essa questão e meus companheiros de trabalho insistiam: “Não, não. Não tem isso aqui. É um problema de classe, existe mobilidade social independente da cor no Brasil.” Naquela, época Élide Rugai Bastos e Octavio Ianni também estavam na Unicamp. Eles não trabalhavam com esse tipo de dados, mas eu me fortaleci muito na convivência com eles dois. Élide também orientava os poucos alunos negros que estavam na Unicamp.

Eu mantinha contato com eles dois, e nesse mesmo período, eu conheci, no Rio de Janeiro, Nelson do Valle e Silva e Carlos Hasenbalg. Então, aí, eu notei que existiam pesquisadores no Brasil convencidos de que raça era uma variável importante mesmo que outras pessoas não dessem atenção ao fato.

Comecei a trabalhar com a temática e fiquei muito interessado nas diferenças entre Estados Unidos e Brasil. Eu voltei depois do pós-doutorado, tinha um trabalho na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Havia feito esse trabalho de campo no Brasil, e a pobreza deixou de ser meu principal interesse porque a questão racial era muito mais atrativa para mim. Naquela época, não havia tantas pessoas interessadas na temática como hoje em dia. Não havia reunião sobre o problema do racismo na USP<sup>1</sup>, naquele tempo. E, se tivesse, ninguém iria. Com exceção, talvez, de Antonio Sergio Guimarães que estava começando naquele tempo, além de Nelson do Valle e Silva, Carlos Hasenbalg e Octavio Ianni, não tinha mais ninguém interessado no assunto no campo da sociologia.

Mesmo o público, os alunos, também não se interessavam. Mas eu segui estudando isso e eu acho que, pelo menos nos Estados Unidos, havia muito interesse sobre esse tema. O Brasil teve dez vezes mais o número de escravos que foram para os Estados Unidos. E havia algumas pesquisas datadas dos anos 1950, 1960 e 1970. Contudo, nos últimos vinte anos, havia pouco. Não havia nada de análise sistemática. Então, eu estava mais interessado no Brasil pela questão racial e, ao mesmo tempo, estava trabalhando sobre imigrantes mexicanos nos Estados

---

<sup>1</sup> (Nota dos Entrevistadores) O entrevistado se refere ao “Seminário Internacional USP / Princeton University – Lugares, Margens, Relações: Raça, Cor e Mestiçagem na Experiência Afro-Americana”, realizado na Universidade de São Paulo nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2011, ocasião desta entrevista.

Unidos. Já estava, paralelamente, fazendo um trabalho sobre esse tema. Também publiquei algumas coisas sobre isso. Mas sempre o maior foco foi o Brasil. Por volta de 1996, a Fundação Ford estava muito interessada em desenvolver programas sobre questões raciais. E me chamaram para fazer uma consultoria: “O que nós podemos fazer para trabalhar sobre essa questão no Brasil de uma forma séria?” Nesta consultoria, fui para São Paulo e outras cidades brasileiras e entrevistei especialmente pessoas de ONGs, mas também pesquisadores. Um dos temas centrais era o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas para a população negra.

Procuravam uma pessoa para ocupar o cargo de assessor de Direitos Humanos e me chamaram. Eu estava interessado na pesquisa. Minha esposa brasileira disse: “Julia (nossa filha) acabou de nascer (um ano antes). Seria uma boa oportunidade para ela estar no Brasil”.

Isso foi bom, porque tive uma oportunidade, tive acesso a pessoas do movimento negro, das ONGs de diversos estados brasileiros, e também acadêmicos. Tive uma perspectiva de distintos setores da sociedade. E, um tempo depois disso, voltei para UCLA para escrever meu relatório de pesquisa sobre os mexicanos.

**Revista Plural** *Você falou dos mexicanos. Antes de entrar direto na questão do racismo brasileiro, você poderia traçar um panorama sobre sua pesquisa sobre os mexicanos nos Estados Unidos?*

**Edward Telles** Essa pesquisa se baseou em um survey que fizemos em Los Angeles e San Antonio, sobre mexicanos nos Estados Unidos e seus descendentes de segunda, terceira e quarta gerações. Estamos falando de quatro gerações ou mais desde que seus antepassados vieram aos Estados Unidos (e em alguns casos, antepassados mexicanos que moravam na parte que os Estados Unidos conquistou em 1848). E queríamos ver vários aspectos. Trabalhamos mobilidade social, educação, mas também aspectos culturais, o quanto se mantém da língua, a política, se sentem discriminação nos Estados Unidos, na terceira e na quarta geração. E, basicamente, testamos duas perspectivas muito opostas. Uma delas era a racialização, que seria o caso dos afro-americanos, e a outra seria a assimilação, que seria como filhos, netos, bisnetos de europeus, por exemplo, italianos e poloneses, que viveram em condições de campesinato. Esses grupos de origem europeia, já na terceira geração, estavam completamente assimilados à sociedade norte-americana. Já não falavam italiano, já não falavam polonês, seus descendentes haviam ingressado completamente na classe média; a distribuição ocupacional, por exemplo, era igual a da sociedade branca em geral dos Estados Unidos.

Com respeito aos mexicanos, isso não acontecia. Primeiro, mantinham o espanhol por muito mais tempo. E sentiam, ainda, discriminação, sentiam que eram estereotipados. Acredito que o achado mais surpreendente da pesquisa era que os níveis de educação estavam muito baixos, tanto quanto os dos afro-americanos, mesmo depois de três ou quatro gerações. Até mesmo em uma quinta geração. Claro que tem muita diferença, muita heterogeneidade, mas a média era como a dos afro-americanos, dois anos a menos que a média dos brancos.

**Revista Plural** *No “Racismo à brasileira”, livro em que você propõe uma dupla perspectiva para analisar as relações raciais do Brasil, que é a das desigualdades verticais entre negros e brancos, e das relações horizontais, as relações de sociabilidade e afetividade. Você ainda sustenta essa dupla perspectiva? E como a gente pode fazer uma análise que consiga conectar desigualdades horizontais e desigualdades verticais?*

**Edward Telles** No começo, não eram duas perspectivas. Acho que eram duas maneiras de ver as coisas. Optei por uma forma de conciliá-las. Havia sido escritos os trabalhos de Carl Degler, de Donald Pierson, de Thales de Azevedo e de muitos pesquisadores da Unesco, bem como de Gilberto Freyre, obviamente, que foi onde começou essa ideia de que houve uma integração racial no Brasil que não existiu nos Estados Unidos. Essa literatura ficou muito forte. E ainda se pensava assim nos Estados Unidos, porque havia o livro mais marcante de Carl Degler<sup>2</sup>, que nunca fez pesquisa no Brasil, apenas juntou os dados. Ele era um aluno de Marvin Harris, o qual também escreveu sobre o assunto. Então, havia essa ideia de que no Brasil existia uma integração entre negros e brancos que não havia nos Estados Unidos; de que o país era uma democracia racial. E, ao mesmo tempo, Florestan Fernandes, especialmente, e depois ficou claro com Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva que haviam desigualdades raciais e discriminação no Brasil.

Diante desse quadro, optei por uma maneira de conciliar as duas perspectivas. O primeiro grupo estava vendo a convivência entre as pessoas. Havia, no Brasil, uma convivência muito maior do que lá nos Estados Unidos. O Brasil está mudando, mas os Estados Unidos está se transformando muito mais. Ainda tem mais convivência no Brasil entre negros e brancos do que nos Estados Unidos, mas está concentrado entre os estratos baixos. E convivência (ou podemos cha-

---

2 DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

mar sociabilidade) em termos de índice de segregação, de intercasamento e amizades. Mas há desigualdades também, ao mesmo tempo.

Então, os dois grupos, à sua maneira, estavam corretos. Só que olhavam duas dimensões diferentes da vida. Propus uma forma de conciliar essas duas perspectivas sobre o Brasil, que poderiam existir ao mesmo tempo.

Com este modelo, poderíamos explicar muitas diferenças entre Estados Unidos e Brasil. As desigualdades no Brasil eram tão grandes, senão maiores que no outro país, e era um dado que muitas pessoas não viam. Mas, ao mesmo tempo, havia uma convivência bem maior entre negros e brancos. Como conciliar isso? Como pode coexistir essa coisa? Eu acho que parece um conceito bastante simples, mas as pessoas não tinham visto, naquele tempo, que essas características poderiam coexistir.

**Revista Plural** *E quais as principais modificações no racismo à brasileira que o senhor pode observar, desde a publicação do livro até os dias de hoje?*

**Edward Telles** Um ano e meio depois do “Racismo à brasileira”, eu publiquei o livro em inglês, o qual é mais refinado.<sup>3</sup> Mas, desde aquele tempo... Bom, eu terminei o livro durante o primeiro meio ano, primeiro ano do governo Lula. Desde então, houveram algumas mudanças. Uma, eu acho que a principal, é que a ação afirmativa cresceu tanto e se complexificou tanto, e não tem mais como pará-la. E isso eu não tinha como saber naquela época. Havia muita reação negativa, uma reação muito forte à ação afirmativa. Ainda tem, mas a oposição ficou muito enfraquecida. Os opositores nunca imaginaram que o processo iria crescer, crescer, tomar a maioria das universidades. É claro que as formas de ação afirmativas ficaram mais complexas. E as universidades em geral, eu acho, têm um intento, pelo menos um segmento delas, de inclusão do negro, mesmo se usam critérios de classe ao invés de raça. Isso não existia antes. A ação afirmativa se institucionalizou. Também, a lei que regulamenta o ensino sobre África e afro-brasileiros foi endossada pelo Supremo Tribunal Federal. Já sabemos que as ações afirmativas são perfeitamente constitucionais. Eu já havia falado isso. A oposição era constituída de pessoas que pareciam mal informadas.

---

3 TELLES, Edward. *Race In Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press. 2004.  
A tradução de *Race In Another America* para o português estará disponível online em: [perla.princeton.edu](http://perla.princeton.edu)

**Revista Plural** *É muito comum na Sociologia das relações raciais do Brasil a comparação entre Brasil e Estados Unidos. No seminário<sup>4</sup>, você descreveu uma pesquisa que trata da opinião pública sobre mestiçagens em diversos países da América Latina. Você poderia explorar maiores detalhes e peculiaridades das relações raciais nesses países da América Latina, em comparação com o Brasil? Como as relações raciais desses países latino-americanos poderiam ser interpretadas a partir daquele modelo de relações verticais e relações horizontais? Ou ele é um modelo que só consegue ser descritivo na análise da realidade brasileira?*

**Edward Telles** As histórias são diferentes, têm algumas coisas em comum, mas as histórias são bastante diferentes. Por exemplo, a ideia do embranquecimento, no Brasil, manteve-se até o começo do século XX. Havia uma ideologia de embranquecimento na condução política do país. Mas, no Brasil, a população é negra, mulata, parda, como queira chamar. E era muito maior que em qualquer outro país.

Mas era grande também em alguns outros países. A Argentina, por exemplo. No século XIX, um terço da população de Buenos Aires, em 1850, era negra. E aí havia uma coisa muito forte de embranquecimento. E conseguiram que muitos imigrantes europeus viessem, e essa população negra, mesclada dentro dessa população branca, embranqueceu. Eles nunca mudaram para uma política de mestiçagem, de democracia racial. O México mudou muito, mas a população que predominava era a indígena. Não havia afro-mexicanos.

Em países como Cuba, Porto Rico, Panamá, que estavam sob forte influência dos Estados Unidos, havia segregação oficial. Existia segregação nesses países, ao contrário dos outros países da América Latina, em que não havia segregação, que eram muito diferentes dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos tiveram uma separação entre negros e brancos muito clara, que acho, não existiu em nenhum outro país da América Latina. Quem tinha uma gota de sangue negro era considerado negro. O país também institucionalizou uma segregação que durou muitos anos, setenta anos, e que não durou tanto assim em outras sociedades.

Como disse antes, em Porto Rico e Panamá também havia segregação, mas em certos setores e certos lugares.

**Revista Plural** *E, em países latino-americanos em que há um contingente razoável tanto de afrodescendentes, de descendentes indígenas e também de brancos*

---

4 (Nota dos Entrevistadores) Ver nota 1.

– acredito que a Colômbia seja um caso desses –, como funcionam as hierarquias sociais?

**Edward Telles** No Equador e Peru, encontram-se indígenas muito mais do que negros. Nesses países andinos, eu acho que, em geral, tem concentrações étnicas bem definidas por região, maiores que no Brasil. Porque aqui a população indígena é pequena. Tem um pouco mais de indígena no norte, centro-oeste, mas em áreas bastante remotas. E a população negra está por todo o país.

A população indígena está concentrada em certas áreas da Colômbia. A população negra lá está em muitas cidades grandes e também muito concentrada no Pacífico. Nos Estados Unidos, indígena é uma categoria étnica-cultural também. E, muitas vezes, quando indígenas vão para as cidades, deixam de ser identificados enquanto tais. O negro vai para a cidade, é difícil parar de ser negro. São considerados mestiços esses indígenas que vão para a cidade, mas, no Brasil, viram pardos. Há indígenas que vão para a cidade, mas a população é pequena. Mas agora está começando a ter uma identidade indígena forte dentro da cidade. Está mudando. Mas, então, temos as hierarquias.

Os censos definem a população indígena como aquelas pessoas que se identificam como indígenas ou que falam idioma indígena. Tendem ser as pessoas mais pobres do país. Mas quando tem filhos e migram para as cidades, muitas vezes se passam a considerar como mestiços. Eles já não entram na mesma categoria.

**Revista Plural** *Mais pobres que os negros?*

**Edward Telles** Mais pobres que os negros. Isso temos verificado em nossas análises de vários países da América Latina. Mas é preciso pesquisar isso melhor.

**Revista Plural** *Quanto às ações afirmativas que têm sido implantadas no Brasil. Uma pergunta voltando àquela questão das relações horizontais e verticais. Elas têm sido implantadas no Brasil e têm um efeito direto nessa dimensão das desigualdades verticais, na medida em que elas incluem uma maior proporção de negros no ensino superior. Que efeitos o senhor imagina que as ações afirmativas podem vir a ter nas dimensões horizontais das relações raciais?*

**Edward Telles** Bom, primeiro as ações afirmativas não vão corrigir as desigualdades sociais em geral. Tem um efeito de criar uma classe média negra que quase não havia antes; esse seria o efeito maior. De fato, não afeta o resto da população pobre de forma direta. Acho que políticas universais dirigidas para população mais pobre como Bolsa-Família, salário-mínimo etc, afetam globalmente muito mais do que a ação afirmativa. Ação afirmativa é bom para um setor da popu-

lação negra. Eu acho que a preocupação de algumas pessoas opostas à ação afirmativa, como eles diziam – não sei se era realmente uma preocupação –, era a polarização racial da sociedade brasileira. Já passaram quantos anos de ação afirmativa? Já passaram oito, nove anos de ação afirmativa, e, pelo que parece, não tem nada disso. Polarizou a sociedade? Não. Talvez tenha um grupo de negros na universidade que está lutando por direitos e quer expandir a ação afirmativa, mas não devemos se opor a um grupo que está pedindo direitos. Mas polarizar a sociedade? Ao contrário, eu acho que, de repente, agora os brancos têm contato com a classe média negra. A classe média de São Paulo tinha muito pouco contato com negros, e agora possui, penso que isso é uma coisa muito positiva. A grande maioria dos alunos da Universidade ainda é branca. E vocês [estudantes negros] têm relações com eles, e é muito fluida. Nos Estados Unidos, onde há uma história forte de segregação, você tem maior integração por causa da ação afirmativa. Mas, mesmo assim, os negros foram criados em bairros negros, e os brancos, em bairros brancos, e por isso, é mais difícil superar essa polarização lá. Há mais integração do que havia antes da ação afirmativa, antes de o negro entrar na universidade? Sim, mas as relações de sociabilidade são muito mais tensas que no Brasil. Você vai à universidade americana e você vê alguma autosegregação dos brancos e negros.

**Revista Plural** *Alguns analistas enfatizam as inconsistências nas classificações raciais e acreditam que essas inconsistências prejudicam tanto os estudos sobre desigualdades como a aplicação das ações afirmativas. No artigo sobre classificação racial no Brasil, você aponta que a classificação pelo entrevistador é mais relevante para descrever as desigualdades do que a autoclassificação pelo entrevistado. Não obstante, o censo de 2010 foi o primeiro a perguntar raça/cor para todo o universo de entrevistados. O senhor acha que isso consolidará a classificação proposta pelo IBGE frente às múltiplas classificações existentes nas representações sociais? Isso terá impactos positivos para as pesquisas e para o desenho de políticas públicas?*

**Edward Telles** Bom, antes de 1960, o entrevistador do censo brasileiro decidia quem era branco e quem era negro. Quase sempre existiram as mesmas categorias, não? Branco, pardo, preto, amarelo, indígena. O indígena entrou depois. Mas, desde 1960, o critério é autoidentidade. O que mudou agora é que, pergunta-se para todo o universo de entrevistados. Eu acho que isso é o certo. Esse é o standart; o padrão internacional é perguntar à pessoa como ela se identifica, pois ninguém tem direito de decidir a identidade do outro; esse é o princípio que



usam para os censos. Tudo bem. Mas, mesmo assim, eu acho que, quando você vai ao mercado de trabalho para uma entrevista, o entrevistador, não importa se você se diz branco, ele tem o poder para classificá-lo enquanto negro. É ele quem vai manipular esses critérios para decidir se você tem o trabalho ou não.

Mas, por outro lado, a questão da identidade é muito importante para definir as fronteiras de um movimento social. Se você se acha branco, provavelmente não irá fazer parte do movimento negro... Então, acho que isso é importante saber quando se está trabalhando com os dados.

Mas a maioria dos analistas os tomam em um sentido essencial. Eles não os veem simplesmente como autoidentidade mas como uma categoria racial em que a pessoa nasceu. Eu não acho que deve ser assim.

Cada país, cada sociedade se identifica de diferentes maneiras; os indivíduos se identificam de diferentes maneiras. Não existe uma regra universal para dizer que essa pessoa é negra ou aquela pessoa é branca... Mas para a estruturação de desigualdades raciais não importa como você identifica a pessoa.

Por exemplo, no Datafolha<sup>5</sup>, 15% das pessoas que se viam como negras, pardas ou pretas eram vistas como brancas pelo entrevistador, e vice-versa. Mas a grande maioria das pessoas que se consideram negras serão vistas como negras, e as que se identificaram como brancas serão vistas como brancas. Tem uma margem aí de 10% a 15%, no meio, que poderia ser um ou outro, segundo a sociedade brasileira. Tem essa ambiguidade. Mas não importa como você classifica, sempre vai ter desigualdade. E você tem uma desigualdade de renda de 2.2 para um, 2.4 para um. É uma desigualdade grande. Desigualdade racial existe de qualquer maneira que você identifique a pessoa.

**Revista Plural** *Mas você, complementando, acha que, daqui para frente, no censo, as categorias branco, preto, pardo, amarelo, indígena, que estão sendo perguntadas para todo o universo da população, vão ganhar mais força e, de repente, vão pautar...*

**Edward Telles** Ah, mas eu acho que todo mundo já respondeu essas perguntas, não? Todo adulto no Brasil já teve um questionário; se não era do censo, era do hospital ou outra coisa, não? Você não está perguntando se, por causa de perguntar isso muitas vezes, isso vai polarizar a sociedade?

---

5 Ver TURRA, Cleusa & VENTURI, Gustavo (Eds.). Racismo Cordial. São Paulo: Editora Ática. 1995.

**Revista Plural** *Na verdade, era essa a próxima pergunta... A última PNAD no Brasil registrou, pela primeira vez, que a proporção de pretos e pardos está maior que a proporção de brancos, e essa é a expectativa que se tem do resultado do Censo a partir de agora.*

**Edward Telles** Minha expectativa é de que existirão mais pretos e pardos do que antes.

Nas PNADs, a cada ano, vem aumentando o número de pretos e pardos. Não sei como saber exatamente, mas penso que há essa zona de ambiguidade entre as categorias branco e pardo. Há certas pessoas que se acostumavam a se identificar mais como branco, não? Há essa margem de fronteiras entre branco e pardo, e a tendência das pessoas no passado era de procurar identificarem-se como brancas. Mas eu acho que há menos estigma em ser negro que antes, pelo menos em ser pardo. O estigma dessa categoria caiu. O resultado é que muitas dessas pessoas estão mudando a classificação racial. Tinha mais valor ser branco antes. Uma coisa que é muito clara relacionada à ação afirmativa, essas pessoas na margem estão se classificando como pardas.

Em um estudo na Universidade de Brasília<sup>6</sup>, uma economista daquela instituição e outro economista americano pesquisaram pessoas que ali prestaram vestibular por dois, três, ou quatro anos, e selecionaram os indivíduos que foram reprovados.

E, a cada ano em que essas pessoas são reprovadas, elas tentavam novamente, não? Mas então vem a ação afirmativa, e muitas pessoas que se tinham classificado como brancas, de repente, no terceiro ano de tentativas, classificam-se como pardas, obtendo melhores chances. O estudo permite observar as mesmas pessoas se reclassificando. Dentre os indivíduos que se reclassificaram, 90% escureceram. Apenas 10% clarearam. Isso no grupo classificado entre pardo e branco. Para as pessoas que eram pretas, isso não mudou tanto. Não há nenhuma vantagem em ser preto e reclassificar-se como pardo e vice-versa.

**Revista Plural** *Agora, uma complementação, esse incremento da autoidentificação como negro é uma tendência especificamente brasileira, ou você pode observar essa tendência em outros países da América Latina, só que, nesse caso, autoidentificação em identidades minoritárias?*

---

<sup>6</sup> Francis, Andrew M. and Tannuri-Pianto, Maria. forthcoming. Endogenous Race in Brazil: Affirmative Action and the Construction of Racial Identity among Young Adults, Economic Development and Cultural Change.

**Edward Telles** Eu não realizei investigações nesta direção e não conheço ninguém que tenha feito isso. Pelo que tenho observado nos dados, essa tendência de enegrecimento populacional é particular ao Brasil. Eu conheço dados de outros países. Não fiz uma análise detalhada, mas esses números condizem apenas com a sociedade brasileira. Fato que tem muito a ver com essas mudanças em 2001, a ação afirmativa, a valorização do negro e a consciência da negritude.

**Revista Plural** *Em “Racismo à brasileira”, o senhor aponta para uma perspectiva de maior institucionalização do movimento negro. Hoje em dia, podemos observar a incorporação do movimento negro para dentro de governos. Você poderia comentar sobre esse processo e apontar quais seriam as novas perspectivas desse novo quadro político?*

**Edward Telles** A institucionalização pode ser vista como uma faca de dois gumes. É bom ter negros dentro do governo em posições que possuam alguma influência concreta na política. Mas, por outro lado, você pode ter menos oposição ao governo. Mas pode ser que tenha novos quadros. Eu não sei. Penso que alguns membros do movimento negro estão dentro do governo e muitos deles mantêm uma posição bastante progressista. Isso é bom!

**Revista Plural** *No Brasil, poucos reconhecem linhas de segregação por raça e poucos pensam a segregação como um aspecto relevante das relações raciais em nosso país. Nesse sentido, seus trabalhos foram pioneiros em tratar mais sistematicamente desse tema e procurar descrever as características dessa dimensão das relações raciais no Brasil. Então, eu gostaria que o senhor discorresse um pouco sobre as características da segregação no Brasil e suas consequências.*

**Edward Telles** Havia reações a isso: “No Brasil não tem segregação.” Tudo bem. Não tem segregação racial desde a abolição, não. Oficialmente, não tem. Legalmente, não tem segregação. Mas eu trabalho segregação de outra perspectiva. Eu investigo o quanto, na prática, na realidade, as pessoas estão separadas, a população negra e a branca, mesmo que não exista uma legislação para isso. Nesse caso, a separação não precisa ser completa. Nos Estados Unidos, negros e brancos não são separados completamente. Mas há graus de separação e esses níveis de distanciamento não são tão grandes no Brasil como nos Estados Unidos, mas também não são pequenos.

Por exemplo, muitas favelas em cidades brasileiras, inclusive algumas consideradas como bairros negros, tem brancos também. Nos Estados Unidos, o gueto em Chicago, muitos guetos, pelo menos quando eu fiz pesquisa nos anos 1980, eram

quase completamente negros. São espaços exclusivamente negros. A população era negra. Difícil achar alguém que não era negro. E isso ainda existe em muitos lugares, mas está mudando, inclusive com a entrada de imigrantes latinos, alguns deles também negros, mas a maioria não é. E tem uma classe média negra que está entrando nos espaços brancos também. Então, isso está mudando nos Estados Unidos. No Brasil, eu acho que a maioria dos negros vive em espaços separados da maioria dos brancos. Embora uma minoria de brancos e uma minoria de negros vivam em espaços compartilhados. Isso é segregação. Eu acho que os índices de segregação, por exemplo, como se anotava, em 1980, quando eu fiz esse estudo, estavam no patamar dos 80 ou 90 (usando o índice clássico de dissimilaridade) em muitas cidades dos Estados Unidos, enquanto no Brasil ficavam na casa dos 40 ou 50. Então, nesse caso, existia muito menos segregação residencial aqui do que nos Estados Unidos.

**Revista Plural** *Para descrever a segregação residencial nas metrópoles brasileiras, o senhor lançou mão do índice de dissimilaridade, que é uma técnica utilizada desde os anos 1950 nos Estados Unidos, mas que nunca havia sido aplicada no Brasil. Quando temos contato com os artigos sociológicos norte-americanos, a gente pode observar que existe uma grande quantidade de diferentes métodos e técnicas sendo aplicadas. Como você observa a aplicação das técnicas quantitativas e qualitativas na Sociologia brasileira e o que você sugere, em termos de avanços metodológicos, que poderiam ser aplicados aqui no Brasil?*

**Edward Telles** Bom, eu acho que a tecnologia mudou muito, e os índices que se usam para medir essas coisas mudaram, cresceram muito. O método tradicional era o índice de dissimilaridade. Mas as técnicas mudaram muito especialmente nos últimos anos. O problema é conseguir os dados, pois acesso à tecnologia seguramente é possível no Brasil. Existem muitos índices. Você pode ver a segregação espacial com indicadores que te mostram como é espalhada pela cidade, como um sistema de GIS [Geographic Information System]. Eu acho fabuloso, porque há coisas que o observador não pode ver em índices de dissimilaridade. Por exemplo, não sei se vocês já conhecem as cidades americanas. Filadélfia comparada a Chicago, o caso clássico. Chicago tem um gueto negro. Todo o sul de Chicago, uma grande parte do sul de Chicago é negra, é afro-americana. A cidade mais segregada dos Estados Unidos. Você vai por quadras e quadras, milhas e milhas, e só pessoas negras. E, enquanto, se você vai à Filadélfia, você pode ter o mesmo índice de dissimilaridade, se está medindo a nível de setor censitário, mas, se você vai a uma quadra, pode ser negra, e, logo após, mais duas quadras,

completamente brancas, depois duas quadras negras. É como um xadrez. Como detectar isso? Apenas com um mapa ou coisa assim. Você não vai detectar com o índice de dissimilaridade.

As cidades podem ter segregação no nível macro e no nível micro. Eu imagino que ser negro no Rio e ser negro em São Paulo é muito diferente. São Paulo tem espaços mais extensos, e, no Rio de Janeiro, é mais micro, não? Mais micro-segregação no Rio, e é mais macro em São Paulo, imagino, mas tem que verificar.

**Revista Plural** *Na verdade, eu queria que o senhor discorresse um pouco também sobre a aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas na Sociologia como um todo, nos Estados Unidos, que a gente não observa tanto aqui. O que o senhor acha que temos a ganhar aplicando novas técnicas?*

**Edward Telles** Eu estou dando aula de métodos agora, com um outro professor. Enquanto o outro professor quer dar métodos qualitativos, eu dou métodos quantitativos. Ele é mais etnógrafo, e eu sou mais estatístico. E são muito complementares esses métodos.

Tem coisas que você ganha com métodos qualitativos que você não pode ver com método quantitativo e vice-versa. A motivação das pessoas, por exemplo, você não pode ver por métodos quantitativos. Mas, por outro lado, segregação você não vai ver por métodos qualitativos. Então, servem a diferentes fins. Mas, mesmo também, pode ter um fenômeno que é visto de duas maneiras diferentes e que se complementam. Por exemplo, você pode criar muitas hipóteses com métodos etnográficos, qualitativos. Quais as motivações das pessoas; as pessoas te falaram uma história que aconteceu: “Ah, que interessante, alguma coisa para testar o método qualitativo”; você pode saber se aquilo que existe em pequenos grupos talvez exista para uma cidade, para um país.

**Revista Plural** *Quais são as principais questões de pesquisa que você ache que podem ser exploradas no campo das relações raciais?*

**Edward Telles** Eu acho que é necessário mais pesquisas sobre discriminação. Há um estudo interessante nessa área que uso na minha aula sobre métodos. É baseado em métodos experimentais e foi dirigido por uma colega minha<sup>7</sup>. Ela queria ver se realmente existia discriminação e decidiu testar essa problemática de uma forma direta por um método que se chama um “audit study.” Ela fez o estu-

---

7 Ver Pager, Devah. “The Mark of a Criminal Record.” *American Journal of Sociology* 108, PP.937-975. 2003.

do com mercado de trabalho. Então, mandou quatro tipos de pessoas procurarem emprego.

Mandou negros e brancos, com ficha criminal e sem ficha criminal. Branco com ficha criminal, branco sem ficha criminal; negro com ficha criminal, negro sem ficha criminal. Ela, na verdade, não estava interessada na raça, em um primeiro momento. Ela queria saber o que essa ficha criminal faz para a pessoa no mercado de trabalho. E ela treinou essas pessoas antes de mandá-las procurar trabalho. As pessoas tinham tudo igual só que variavam por cor e por passado criminal. Basicamente, quase iguais, menos a cor. Tinham o mesmo currículo, aprenderam e responderam às perguntas da mesma maneira. Falavam de uma maneira similar. Tudo o que se podia fazer. Vestidos igualmente. Mesma idade, mais ou menos. E mandaram-lhes procurar emprego. Essa era a primeira fase. Depois que eles procuraram trabalho, observou-se se os empregadores chamavam eles de volta para voltar a uma segunda entrevista ou foram empregados. Dos brancos que não tinham ficha criminal, uma porcentagem, assim, 34% receberam as chamadas para aparecer para outra entrevista ou já conseguiram o trabalho. Dos negros sem ficha criminal, eram, assim, 14% receberam as chamadas. Dos brancos com ficha criminal, 17% receberam chamadas. Ou seja, os brancos com ficha criminal receberam mais chamadas que os negros sem. Isso nos Estados Unidos.

**Revista Plural** *Os negros com ficha criminal não foram chamados?*

**Edward Telles** Muito poucos, 5%. Então, depois ela chamou um serviço de pesquisa da Universidade de Michigan, um centro de pesquisa. Chamaram os mesmos empregadores. Chamaram todos os mesmos e perguntaram: “E você nessa situação?”. Trataram de reproduzir a situação (mas as pessoas não estavam de frente com a pessoa, estava o entrevistador): “Você ocuparia uma pessoa com tal e tal perfil, negro, com ficha criminal e tal, tal?”. E aí muitas disseram que poderiam empregar pessoas com ficha criminal e que não havia diferenças, ou quase não havia diferenças entre se ocupasse negros ou ocupasse brancos. Então, esses dois métodos deram resultados completamente distintos. Quando o candidato se apresentava ao empregador, havia muita discriminação. Mas, se você perguntava por telefone ao empregador, não, não tinha diferença racial. Então, esse é um exemplo de como métodos podem variar e como você pode pesquisar de outras maneiras. Eu acho que no Brasil as pessoas dizem que não discriminam, mas, nos Estados Unidos, elas também dizem que não discriminam. Muitas pessoas dizem que tem discriminação na sociedade brasileira, mas também dizem que elas mesmas não discriminam. Se você manda uma pessoa procurar trabalho, acho que você vai

encontrar diferenças, muitas diferenças. Esse é o tipo de coisa que você pode fazer aqui. Basicamente, métodos podem fazer toda a diferença.

Na França, se fez um estudo mais simples de mandar currículos parecidos a empregadores que procuravam empregados, só que usavam nomes franceses em alguns currículos e árabes em outros. E os de nomes franceses foram chamados para entrevistas em uma proporção bem mais alta. Imagino que no Brasil se pode fazer uma coisa parecida, com fotos ao invés de nomes.

**Revista Plural** *Qual pesquisa o senhor está desenvolvendo agora?*

**Edward Telles** Tenho essa pesquisa comparativa na América Latina. Tenho vários aspectos dessa pesquisa. Estou vendo vários países. Apresentei nesse seminário<sup>8</sup>. Apenas comecei a trabalhar, mas estou tentando ver as diferenças entre países. E tem uma sobre quem se identifica como negro na América Latina. Aí você tem diferenças muito grandes. Por exemplo, comparando Panamá e a República Dominicana. No Panamá, as pessoas da mesma cor, pessoas que são, vamos dizer, claras, são muito mais prováveis de se identificar como negro que nos outros países. Na República Dominicana, tem 15% ou 20% que são negros ou mulatos. Mas 75% se chamam de índio. Interessante, pois uma grande proporção desses dominicanos moram em Nova York. E aí muitos deles são vistos como negros. Mas eles não se classificam desta forma, eles mesmos se chamam de dominicanos ou de índios. Eles não querem ser confundidos com os afro-americanos ou com os haitianos.

**Revista Plural** *Então, professor, muito obrigado. Foi ótimo. Muito legal.*

---

<sup>8</sup> (Nota dos Entrevistadores) O entrevistado refere-se à comunicação que fez no “Seminário Internacional USP / Princeton University – Lugares, Margens, Relações: Raça, Cor e Mestiçagem na Experiência Afro-Americana”. Cf. nota 1.

